

**AGRICULTURA FAMILIAR E GÊNERO: O BENEFÍCIO DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS
PROCESSADOS NAS COZINHAS COMUNITÁRIAS**
***FAMILY AGRICULTURE AND GENDER: THE BENEFIT OF THE SOLIDAR
ECONOMY IN THE MANUFACTURE OF PROCESSED PRODUCTS IN
COMMUNITY KITCHENS***

Alcione Lino de Araújo¹

Bethânia Ávila Rodrigues²

Leomara Batisti Telles³

Mônica Cristine Scherer Vaz⁴

Juliana Vitória Messias Bittencourt⁵

Resumo: A Associação das Colônias fornece produtos processados-panificação para a Secretaria Municipal de Educação na cidade de Castro – PR, atendendo aos requisitos da Nutricionista para que esse produto seja servido na merenda escolar das escolas tanto da zona urbana quanto da zona rural. O presente estudo objetiva discutir a contribuição das organizações solidárias da agricultura familiar para autonomia feminina na agricultura familiar. A coleta de dados deu-se por meio da análise das planilhas de produção, onde se teve acessibilidade aos dados referentes ao ano de 2012 e 2013. Como resultado verificou-se que, a partir do trabalho na Associação das Colônias as mulheres estabeleceram relações importantes entre elas, levando à sua visibilidade e identidade, por meio da profissionalização e consequentes melhoria da qualidade de vida por meio de conquistas materiais. Isso promoveu sua inserção no espaço público, extrapolando o espaço privado. Ressalta-se também a importância do incentivo e produção de produtos regionais, trazendo resultados não mensuráveis de imediato, como geração de riqueza e desenvolvimento tecnológico. As

¹ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus Ponta Grossa, Professora no Instituto Federal do Maranhão. E-mail: alcionelino@gmail.com

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus Ponta Grossa. E-mail: rodriguesbethania@yahoo.com

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus Ponta Grossa. Professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: leomara.battisti@ifpr.edu.br

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus Ponta Grossa. E-mail: monicavaz@alunos.utfpr.edu.br

⁵ Doutora em Genética Molecular pela University of Reading. Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/ PPGEP na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus Ponta Grossa. E-mail: julianavitoria@utfpr.edu.br

fragilidades destacadas estão associadas à falta de planejamento estratégico e do conhecimento de ferramentas básicas de gestão e economia, ainda sem autonomia para gerenciar o processo completo e desconhecimento da margem de lucro e ponto de equilíbrio.

Palavras-chave: Mulheres. Cozinha Comunitária. Merenda Escolar.

Abstract: The Association of Colonies supplies processed baked goods to the Education in the city of Castro - PR, meeting the requirements of the Nutritionist so that this product be served in school meals in both urban and rural areas. The gift this study aims at discussing the contribution of family farming autonomy in family agriculture. Data collection was done by analyzing the spreadsheets where the data for the year 2012 and 2013 were accessible. As a result it was found that, from the work in the Association of Colonies, women established relationships between them, leading to their visibility and identity, through the professionalisation and consequent improvement of the quality of life through material achievements. This promoted insertion in the public space, extrapolating the private space. It is also important to emphasize the and production of regional products, bringing results that can not be measured immediately, such as generation of wealth and technological development. The highlighted weaknesses are associated with lack of strategic planning and knowledge of basic management and economic tools, without autonomy to manage the complete process and lack of knowledge of the profit margin and break-even point.

Keywords: Women. Community Kitchens. School Lunch.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre gênero e agricultura familiar tem evoluído bastante nos últimos anos, centrado tanto na invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas e/ou reprodutivas, como nos aspectos que se abrem para as mulheres com o avanço cada vez maior das atividades não agrícolas como geradoras de renda no meio rural. No entanto, algumas indagações permanecem em aberto, e merecem uma reflexão quando nos perguntamos o lugar das mulheres nas ideias agroecológicas e as perspectivas de autonomia vinculadas a essas atividades.

Gouveia (2003) é bastante contundente na sua análise de que, a agricultura familiar, mesmo nas suas formas mais “democráticas” não tem sido capaz de enfrentar as desigualdades de gênero, permanecendo um setor onde as mulheres têm a sua autonomia bastante restrita, e a sua cidadania negada, seja pelo Estado (através das políticas públicas) seja pela sociedade civil. Para esta autora, esta situação se explica porque tanto o Estado como os movimentos trabalham com uma visão ideal de “família”, em que as pessoas mantêm entre si fortes laços de complementariedade, mas permanecem articuladas por um poder central, exercido pelo “marido/pai”.

Saffioti (2004) vendo a questão de uma forma mais geral aponta que o problema não está apenas no fato de que vivemos em um mundo com desigualdades de gênero, mas sim na existência de uma ordem patriarcal de gênero, ou seja, um mundo onde os homens exercem decididamente poder sobre as mulheres, e esse poder se expressa de várias formas.

Dentro do contexto da agricultura familiar, pouco se debate sobre a participação das mulheres, com seu trabalho definido, principalmente, como atividades domésticas e como auxiliares em relação ao papel desempenhado pelo homem. Ante dessa realidade, torna-se relevante analisar a participação da mulher na agricultura familiar. Diante dessa perspectiva, este estudo tem como objetivo discutir a contribuição das organizações solidárias da agricultura familiar para autonomia feminina na agricultura familiar.

2 GÊNERO NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apesar de desempenhar várias atividades (agrícolas e não agrícolas), as mulheres ainda são minoria no mercado de trabalho. Constatou-se que, dentre os estabelecimentos onde se pratica a agricultura familiar, os homens são responsáveis por 87,32% do total, enquanto as mulheres são responsáveis por 12,68% do total (IBGE, 2006). Desses estabelecimentos, 22% (vinte e dois por cento) dos gerenciados por homens contam com algum tipo de assistência técnica, contra apenas 11% (onze por cento) dos gerenciados por mulheres (MELO; VIEIRA, 2012). Isso indica indiretamente que, quando se trata do homem ser o responsável, existe maior acesso à assistência técnica, bem como a programas de financiamento.

Apesar de as mulheres significarem a minoria no que se refere à responsabilidade pelos estabelecimentos, participam dos serviços não agrícolas, atividades nomeada de pluriatividades. Silva (2009) alude essas atividades não agrícolas como o artesanato e o turismo, encarregados pela atribuição de novas funções no meio rural. Nas unidades produtivas familiares que desenvolvem a pluriatividade, as mulheres atuam como atores centrais, combinando atividades tanto agrícolas quanto não agrícolas, pois essa associação decorre da necessidade da variação das fontes de renda familiar (RÖHNELT, 2010). Isso significa que o acerto dessas atividades contribui para a manutenção das famílias e da atividade agrícola, visto garantir um incremento na renda (SILVA, 2009).

O termo gênero⁶ não está voltado apenas para as diferenças físicas e biológicas, mas sim, para as distinções estipuladas socialmente (SANTOS et

⁶ Gênero pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino. De acordo com a definição “tradicional” de gênero, este pode ser usado como sinônimo de “sexo”, referindo-se ao que é próprio do sexo masculino, assim como do sexo feminino. No entanto, a partir do ponto de vista das ciências sociais e da psicologia, principalmente, o gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres (CAMURÇA e GOUVEIA, 2004).

al, 2010). Portanto, pode-se afirmar que as relações de gênero são relações de poder, sendo que, na maioria das vezes, o homem é mais valorizado, em geral com mais autoridade que as mulheres (CAMURÇA; GOUVEIA, 2004). Nessa situação, a mulher é visualizada em função de seu trabalho reprodutivo, enquanto o homem é considerado por seu trabalho produtivo prevalecendo o conceito de patriarcado.

Mesmo sendo responsáveis pelo processo reprodutivo e ainda se dedicarem às atividades auxiliares da produção, o trabalho feminino termina sendo compreendido apenas como uma ajuda (SILVA, 2007). Para Scott (1989, p.02), “o objetivo da utilização do termo gênero é para descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achando seu sentido e como funcionaram para manter a ordem social e para muda-la”.

Essa substituição de “mulher” por “gênero” em um princípio levou a usos descritivos da noção desse termo. Para os (as) historiadores (as) em seus estudos, o gênero dizia respeito apenas a temas como mulheres, crianças, famílias e ideologias; em outros termos, tudo que implica relações entre os sexos. Na aparência, a guerra, a diplomacia e a alta política não teriam explicitamente a ver com estas relações. Assim, o gênero continuaria irrelevante em estudos como o da política e do poder. Esse processo resulta de uma visão funcionalista baseada na separação de esferas, por exemplo: a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens (SCOTT e CORDEIRO, 2006, p.16).

A participação crescente de mulheres brasileiras no mercado de trabalho é uma das mudanças sociais mais notáveis no país, desde os anos 1960. Com essa transformação, padrões e valores relacionados ao papel social da mulher têm passado por mudanças, ou seja, reformulação de conceitos e atribuições tradicionalmente instituídos pela sociedade.

Dessa forma, entender a representação social da mulher possibilitará que se avalie como esta inserção no mercado vem se processando, tanto em relação ao trabalho assalariado ou empreendedor no meio rural ou urbano. As representações coletivas trarão à tona como o grupo se avalia nas relações

com objetos que o afetam, ou seja, quais fatores ou aspectos traduzem suas expectativas e valores sociais dentro do setor no qual estão inseridos. O recém-terminado século XX, foi possível que a situação e o papel da mulher na sociedade fossem reavaliados. Entretanto, essa transformação ocorreu em uma luta reivindicatória semelhante à empreendida pelas minorias sociais e como consequência de todos os avanços do conhecimento humano. É importante frisar que o papel da mulher na sociedade advém das injustas diferenças de tratamento entre homem e mulher, principalmente a remuneração do trabalho, ainda não foi superada.

No Brasil, as mulheres são a maioria da população, passaram a viver mais, têm menos filhos, ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho e, atualmente, são responsáveis pelo sustento de 38,7% das famílias (IBGE, 2010).

Para Maruani e Hirata (2003), os homens e as mulheres vivem em condições diferentes, não ocasionadas por suas diferenças biológicas, mas sim, pelas construções sociais e econômicas, que acarretaram uma relação social de sexo. Essas diferentes condições podem ser constatada nos ambientes de trabalho, através das suas divisões sexuais, em que as relações de gênero são sustentadas e organizadas por uma divisão rígida do trabalho, uma vez que o trabalho masculino é, na grande maioria das vezes, mais reconhecido que o feminino. O conceito de relações sociais de sexo, definido por Kergoat (2003), apresenta a tensão permanente que perpassa o campo social entre os grupos de interesses antagônicos, representados pelo grupo social dos homens e o grupo social das mulheres, em torno do trabalho e suas divisões.

O próprio conceito de gênero demonstra as interpretações de diferenciação das relações sociais e econômicas intrínsecas na temática e vem de encontro à crescente feminilização⁷ da pobreza e à tenacidade da

⁷ No dicionário Houaiss; Villar (2001), as expressões “feminização” e “feminilização” são tratadas como sinônimas. Entretanto, para efeitos da nossa abordagem, prefere-se os dicionários especializados da área dos estudos de gênero, como o Dicionário Crítico do Feminismo organizado por Hirata et al. (2009), onde, utiliza-se “feminilização” como termo derivado de feminilidade, no sentido de destacar o sexo ou características anatômico-

desigualdade entre os sexos, evidenciando a emergência de novas formas de solidariedade. É importante destacar que essas novas formas de solidariedade precisam, sobretudo, levar em consideração novas práticas de trabalho, que estimem relações mais homogêneas, precipuamente no que diz respeito ao gênero (HIRATA, 2009; HIRATA, KERGOAT, 2003).

Nesse contexto, há que se destacar o trabalho de Guèrin (2005), que afirma que cada vez mais, diante das privações do Estado e do mercado, o recurso à economia solidária surge como a solução para reinserir o econômico no social e no político. A economia solidária surge como uma possibilidade real de inserção, econômica, social e política, das pessoas que se veem excluídas do mercado de trabalho, e devido à sua premissa de igualdade, apresenta-se como uma proposta real para as mulheres.

Isso pode ser corroborado ainda pelos estudos de Guèrin (2005), o qual se confirma que, tanto no Norte como no Sul, a grande maioria das experiências de economia solidária, são destinadas as mulheres. Estas se encontram inseridas em diferentes atividades produtivas e de prestação de serviços, na grande maioria das vezes, não pelas oportunidades que podem ter surgido, mas, sobretudo, por suas necessidades.

Esses indícios confrontam-se à própria tendência das mulheres, as primeiras a se organizarem de forma coletiva, especialmente em função da sua escassez de acesso à propriedade, à terra e ao crédito (HIRATA, 2009; HIRATA; KERGOAT, 2003). Principalmente ocasionada por essa carência histórica de acessibilidade, as mulheres enxergam as possibilidades pessoais de geração de trabalho e renda como uma alforria da dependência econômica dos homens. As mulheres da Associação das Colônias relataram que quando o Projeto Cozinha Comunitária começou a dar “fruto” como o salário, elas deixaram de depender do marido. Elas mesmas relataram que o seu salário passou a contribuir nas despesas da casa, na compra de um eletrodoméstico, na aquisição de uma máquina para melhorar a produção de pães; e até mesmo

fisiológicas das pessoas contabilizadas na análise quantitativa da composição de uma profissão ou ocupação.

a conseguir com essa renda a carteira de motorista. E é neste contexto que a Economia Solidária pode se denominar como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, por se tratar de uma organização que prima pela solidariedade e cooperação entre seus membros (GUÉRIN, 2005).

O autor Toledo (2007, p. 15), apresenta que:

“a proposta da Economia Solidária surge da experiência prática de trabalhadores que ao longo da história, em diversos países, vêm procurando alternativas frente à desigualdade e à exclusão social produzida pela competição e relações de subordinação”.

Para isso, vale ainda ressaltar, que dois fatores contribuíram para seu surgimento: os altos índices de desemprego e a necessidade de novos e alternativos modelos de gestão.

Por sua vez Singer e Souza (2000, p. 13), apresenta que a “Economia Solidária ergue-se como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram, ou temem ficar, marginalizados do mercado de trabalho”. É bem verdade que o próprio movimento de economia solidária frequentemente entra em debate acerca de sua compreensão. Isso se justifica no sentido em que está em constante construção e, portanto, desponta de reflexões que se manifestam a partir das experiências concretas e das investigações empíricas.

No contraponto dessa perspectiva aparecem autores como: Singer (2002), Candeias; MacDonald (2005), França Filho; Laville (2004), Mance (1999) e Toledo (2007), que justificam a economia solidária como um contra projeto político, de resistência ao sistema capitalista. Destaca-se, portanto, neste ponto de vista, outra forma de se organizar, que prima pela organização coletiva da produção, da tomada de decisão e que possibilite, assim, a ressignificação do trabalho e do trabalhador.

A economia solidária, por se tratar de um processo de organização coletiva, pode servir como mecanismo de modificação do papel das mulheres na sociedade, mesmo não sendo idealizado como um movimento feito e destinado apenas às mulheres. Prova disso, é a grande e expressiva participação das mulheres nas organizações, sobretudo ocupando cargos de dirigentes de muitos empreendimentos econômicos solidários (SINGER, 2009).

As experiências coletivas, em funções de liderança ou não, são possibilitadas do diagnóstico e da visibilidade das atividades das mulheres e a sua atuação ultrapassa a ação frequentemente a elas atribuída, isto é, de reivindicações sociais. Assim, quebra-se a ideia de que as atividades na Economia Solidária são muito próximas do trabalho comunitário, ostentado como território das mulheres, sendo atividades de trabalho coletivo e solidário, mas não forte presença das mulheres (CULTI, 2004).

Contudo, a melhoria da facilidade do acesso das mulheres a atividades geradoras de renda é escassa para garantir uma igualdade real. Para Guèrin (2005), as mulheres encaram três obstáculos principais: o caráter multidisciplinar da pobreza, a inadequação das instituições e a desigualdade na divisão das obrigações familiares.

Na grande maioria dos países, as mulheres ocupam o papel de provedoras do lar, onde além de exercer as funções historicamente destinadas a elas, passam a ocupar também a função de manter financeiramente o lar (SINGER, 2009).

Assim, a atuação das mulheres na Economia Solidária a partir das atividades de geração de renda cria a alternativa de que estas se tornem proprietárias dos meios de produção (agrícolas ou não agrícolas) com as mesmas oportunidades que os homens, mediante a propriedade coletiva (GUÈRIN, 2005). Outro fator beneficiado por esse tipo de propriedade é a renda, melhor disseminada, entre homens e mulheres, uma vez que a distribuição das sobras parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados e/ou associados, no caso das cooperativas e/ou associações, independentemente do sexo. Nesse sentido, a Economia Solidária funciona como crítica à Economia Capitalista que se apropria da desigualdade de remuneração frente ao sexo (CULTI, 2004).

Desde o início da história da luta feminista, a inserção das mulheres no mercado de trabalho aconteceu de maneira desigual e, apesar de todas as conquistas alcançadas no decorrer desses anos, tais desigualdades continuam a persistir. A economia capitalista destinou às mulheres empregos mais instável, geralmente informais ou em tempo parcial, com salários mais baixos,

menor cobertura dos serviços de seguridade social e dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas.

Para Singer (2002, p. 17) a economia solidária, conforme os princípios de “propriedade coletiva ou associada do capital, o direito à liberdade individual, cooperação, solidariedade e justiça social”, defende a igualdade de gêneros e direitos, desmanchando o individualismo e a disputa encontrados na cultura patriarcal. Encontramos essa visão de modo similar em Santos (2009), para qual afirma que, a visão principal e hegemônica da economia é excludente e patriarcal e está fundamentada nos princípios da economia capitalista, da propriedade privada dos meios de produção, na extração de mais valia, na indiferença do trabalho, exploração do trabalho e dos corpos das mulheres. Só considera como trabalho aquele que produz lucro. Sendo assim, não respeita, não considera e nem visibiliza o trabalho reprodutivo, responsável pelo cuidado com as pessoas e a reprodução da vida, este sim realizado pelas mulheres.

O desejo das mulheres pela conquista do seu empoderamento, de uma maior inserção social e econômica na sociedade, une-se com a economia solidária pela alegação de organização socioeconômica e pela perspectiva de integração na produção coletiva. Pode-se dizer que a economia solidária é um modo de organizar a vida econômica, social e política de uma sociedade, a partir dos princípios da cooperação, solidariedade e justiça social, tendo como encontro o enaltecimento do ser humano, nas relações de trabalho, produção, comercialização e consumo (SANTOS et al, 2010).

Portanto, a Economia Popular e Solidária reúnem um agregação de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na democracia, na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais beneficiam uma rearticulação econômica, social e política (GUÉRIN, 2005). Para que isso ocorra efetivamente, isto é, para estabelecer a harmonia necessária para que a economia solidária, de fato, aconteça, é primordial o estabelecimento de relações de confiança entre os membros, além de muitas reuniões, conversas, debates e discussões.

As mulheres, no decorrer da história, têm dedicado muito de sua vida a manter as relações de correlação que proporcionam coesão à família e à sociedade, expressas nas práticas de se reunir em grupos, seja no clube de mães, na igreja e/ou comunidade, nas relações familiares e/ou comunitárias; o que facilita seu comprometimento em um movimento. Tendencialmente, as mulheres são as primeiras a se auto-organizarem também devido aos obstáculos materiais que o mundo feminino apresenta, como o acesso à propriedade, a terra e ao crédito.

Assim sendo, a tomada de consciência de que as mulheres têm mais dificuldades de fazer valer seus direitos, pode causar um engajamento conjunto entre elas e/ou juntamente com os homens para ultrapassar desigualdades sociais e transformá-las em direitos reais. Embora os grupos de Economia Popular e Solidária se reúnam por necessidades imediatas e cotidianas, é preciso superar este imediatismo e incidir também sobre a construção de políticas públicas que contribuam para a ruptura da divisão sexual do trabalho, inclusive nos empreendimentos de Economia Popular e Solidária. Outro problema importante do Movimento da Economia Solidária, em relação às questões de gênero, é debater e oportunizar a mudança cultural não só nas relações de trabalho, mas também partilhar entre homens e mulheres as necessidades do cuidado com o outro, deixando de ser esta uma “obrigação” familiar naturalizada do sexo feminino e passando a ser vista como uma responsabilidade da família, das autoridades públicas, do mercado e da sociedade civil, ultrapassando assim, as fronteiras entre o domínio monetário e não-monetário e dos interesses particulares e gerais (GUÉRIN, 2005, p.81).

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem como sujeito a Associação das Colônias, estabelecida no município de Castro no Estado do Paraná. O foco do trabalho é exibir uma análise dos produtos processados-panificação, para comercialização nos programas do Governo Federal – PAA e PNAE, bem como associar a autonomia das mulheres com esse trabalho. Esses produtos processados

fazem parte do Projeto Cozinha Comunitária, no qual são fabricados nas dez cozinhas pertencentes à associação.

Quanto à produção dos produtos processados-panificação, a análise das planilhas de registros referentes ao período entre 2012 e 2013 foram por acessibilidade, nas quais se encontram a lista dos produtos ofertados semanalmente pela Associação das Colônias, solicitados pela Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação do município de Castro – PR. Esses produtos são distribuídos para as escolas da zona urbana e rural do mesmo município, atendendo aos requisitos estabelecidos pelos programas do Governo Federal PAA e PNAE.

O método de abordagem da pesquisa é dedutivo, pois de acordo com Silva; Menezes (2005, p. 25), “só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro” e o “raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas”. Esse método apresenta-se adequado para a realização dessa pesquisa, pois foram identificados os benefícios promovidos pela Economia Solidária através da participação da mulher na Associação das Colônias, gerando vantagens com a autonomia feminina na agricultura familiar, através da fabricação de produtos processados-panificação nas Cozinhas Comunitárias.

Quanto a construção da base teórica abordou-se os temas gênero no âmbito da agricultura familiar e da economia solidária. A pesquisa teórica representa o momento em que o pesquisador procura conhecer o que já foi produzido sobre o tema, por meio de leituras, fichamentos e análises. Para Luna (2007), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referencial teórico que pretende explicá-lo. Mendes; Pessoa (2009), nessa mesma linha de pensamento, afirmam que “o referencial teórico permite elaborar representações do mundo real”. Esse novo universo de representações é incorporado a um conjunto de ideias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto unem-se. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os mundos manifestos e suas representações.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados adquiridos foram dispostos e apresentados em tabelas, sugerindo uma contemplação analítica que permite explicar o comportamento, o viver e o modo de produção das agricultoras familiares da Associação das Colônias. O agrupamento de informações obtidas, por meio da pesquisa teórica, documental e de campo, proporcionou entender a realidade da agricultura familiar nessa associação; a importância do papel das mulheres para a sobrevivência; e a permanência das famílias no campo, conforme apresentado abaixo.

As Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança, localizadas na cidade de Castro – PR foram colonizadas por povos eslavos (poloneses, ucranianos, tchecos e albaneses) que evadiram-se devido à invasão russa em seus países de origem, cujo núcleo fundacional ocorreu em 1920, composto basicamente, por lavradores. Esses imigrantes enfrentaram inúmeras dificuldades no processo de adaptação aos padrões culturais e climáticos do Brasil, dentre os quais se registra a indiferença das autoridades brasileiras com a implantação das colônias. Para garantir a sobrevivência uniram-se, a fim de abrir lotes de dez alqueires, adquiridos e destinados a cada família, e formaram um núcleo comum onde construíram o centro comunitário, a igreja e a escola.

A Associação das Colônias através da contribuição dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE distribui os produtos processados – panificação – que compõe o cardápio das escolas no município de Castro - PR. Esse cardápio visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e que atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional (GOLTZ, 2016).

Com o incentivo da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, em fortalecer os agricultores familiares, foi criada a Associação dos das Colônias. Concorde-se com Pinheiro (2001) quando o autor destaca que, via de regra, a organização de produtores está relacionada a temas como a

obtenção de crédito agrícola e melhoria das condições de produção e comercialização, na resolução de problemas que ganharam espaço na medida em que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores no país.

A Associação das Colônias, atendendo a todos os requisitos legais de Associativismo, começou a entregar os produtos provenientes da agricultura familiar para a merenda escolar do município, respondendo à chamada pública do município para produtos hortifrutigranjeiros. No entanto, a falta de estrutura dos agricultores não atingia a produção necessária para cobrir os 30% da merenda escolar e os ânimos arrefeceram.

A partir desse momento, as mulheres das colônias resolveram se envolver no processo, utilizando os conhecimentos adquiridos nos cursos de formação ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para oferecer produtos processados—panificação na merenda escolar.

Assim, surgiu a ideia do Projeto Cozinha Comunitária, visando capacitar as mulheres na produção de produtos processados—panificados – e seria o primeiro passo para a autonomia dessas trabalhadoras. A Associação das Colônias providenciou a documentação exigida pela vigilância sanitária e outros órgãos competentes para o funcionamento da Cozinha Comunitária.

Na categoria Panificação, os produtos deste são medidos em quilos, assim são os seguintes produtos: bolo comum; bolo de fubá; biscoito caseiro; broa de centeio; chineque; cuca caseira; doce de frutas; pão caseiro; pão de leite; pão de mel; pão enriquecido; pão de sementes; macarrão caseiro; e pão integral.

Na Tabela 1, percebe-se uma distribuição dos produtos processados – panificação – desde o início do ano letivo até o seu término. Esse ano, em algumas escolas, houve atividades no mês de julho, por isso houve solicitação de produtos. Observou-se também que na categoria Panificação, nos meses setembro e outubro em 2013 a solicitação pela Nutricionista e a entrega destes produtos pela Associação das Colônias foi igual, 2.005 (dois mil e cinco) quilos.

Tabela 1 – Quantidade de produtos processados–panificação – solicitada a Associação das Colônias durante o ano de 2012 e 2013

Categorias	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total-Ano
Panificação 2012	0	0	0	7969	1602	0	2260	2562	2500	1803	1462	20.158
Panificação 2013	1634	1728	2739	2131	2081	2632	1982	2005	2005	562	865	20.364
Total	1634	1728	2739	10100	3683	2632	4242	4567	4505	2365	2327	40.522

Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

Tabela 2 – Comparativo dos percentuais dos produtos in natura e processados – panificação – solicitados a Associação das Colônias no período de 2012 e 2013

Categorias	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Panificação 2012	0%	0%	0%	34%	18%	0%	27%	62%	68%	71%	37%
Panificação 2013	5%	49%	34%	21%	46%	52%	100%	46%	40%	16%	66%

Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

Nesse comparativo de dados na Tabela 2, observa-se que em alguns meses há uma evidência de dados. Essa comparação proporciona uma análise mais elucidativa dos dados que se teve acesso através das planilhas disponibilizadas pela Associação das Colônias, e que pudesse desses dados construir um arcabouço de entendimento, elucidando e demonstrando que neste momento já se consegue enfatizar que o estudo sobre a produção de panificados na Associação das Colônias corrobora para o benefício da economia solidária bem como para a autonomia feminina, devidos aos produtos processados terem maior destaque em produção e comercialização.

O trabalho feminino permite que a mulher possa alcançar sua independência econômica, além de contribuir no orçamento familiar; na complementação da renda familiar e no aumento de suas expectativas de consumo (ROSSINI, 2002). Esse relato do autor foi verificado in loco na Associação das Colônias, quando as mulheres relataram que contribuem de forma significativa no orçamento familiar. Sendo assim, neste constructo da

pesquisa, contempla um aspecto importante quanto ao beneficiamento da economia solidária para as associadas. A economia solidária, é um fenômeno recente que tem obtido crescente visibilidade econômica, social e política. Ela diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuados coletivamente pelos grupos populares. Essas organizações destacam-se pela disseminação de valores solidários e práticas de autogestão, pela não exploração dos trabalhadores, a divisão equitativa de benefícios, pela produção ética e ambientalmente correta e pela criação de uma rede local, regional e internacional solidária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos pontos principais que a economia solidária beneficia a agricultura familiar é sem dúvida o fortalecimento do projeto cozinha comunitária na Associação das Colônias para a fabricação de produtos processados-panificação, onde a integração entre a comunidade existe um trabalho em conjunto, em que os interesses são negociados e se tem visão e vontade para trabalhar, acreditando que tais ações visam à desconcentração de renda e ao fortalecimento da economia local, isto não significa inexistência de conflitos, ou soluções rápidas e fáceis para os problemas estruturais e operacionais, mas sim uma disposição para o enfrentamento, em que se reconhece a necessidade do associativismo para o atendimento às demandas que se almejam, desenvolvendo a noção da Economia Solidária e do desenvolvimento local e rural entre os agricultores familiares.

A contribuição que da produção de produtos processados-panificação ofereceu para a Associação das Colônias um fortalecimento da economia local através dos recursos que são captados através da venda dos produtos. Com a venda dos produtos processados houve investimento na atividade produtiva; garantia de renda tanto para os homens quanto para as mulheres daquela associação; a ampliação da qualidade de vida; e aumento da formalização dos agricultores familiares em Cooperativas e/ou Associações.

REFERÊNCIAS

- CAMURÇA, S.; GOUVEIA, T. **O que é gênero?** 4 ed. Recife: SOS Corpo, 2004.
- CANDEIAS, C.N.B.; MACDONALD, J.B. **Economia Solidária e Autogestão: Ponderações teóricas e achados empíricos.** UFAL, Maceió, 2005.
- CRUZ, Lindalva Alves. **Construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2013.
- CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na economia solidária.** São Paulo: UNITRABALHO, 2004.
- FRANÇA FILHO, Geneauto Carvalho; LAVILLE, Jean. (Org). **Economia Solidária: uma abordagem internacional.** UFGRS, 2004.
- GOLTZ, Rita de Cássia. **Entrevista concedida a Alcione Lino de Araújo.** Castro, 24 de março de 2016.
- GOUVEIA, Taciana. **Muito trabalho e nenhum poder marcam a vida das mulheres.** Observatório da Cidadania, 2003/51. disponível em: <http://www.nead.org.br>, acesso em 20/08/2016.
- GUÈRIN, Isabele. **Sociologia Econômica e Relações de Gênero**, in: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas, São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2005, pág. 55-63.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A divisão sexual do trabalho revisitada.** In M. Maruani & H. Hirata (Orgs). As novas fronteiras da desigualdade homens e mulheres no mercado de trabalho (pp. 111-123). São Paulo: SENAC. 2003.
- HIRATA, Helena et al. **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Unesp. 2009.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, p. 353, 2001.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. **Censo Agropecuário 2005/2006: Resultados preliminares.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em março de 2016.
- Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão. Paranaguá, PR, v.3, n.3, setembro de 2018.

KERGOAT, Daniele. **Divisão social do trabalho e relações sociais de sexo**, in: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas, São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003, pág. 71-88.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2007. 108 p. (Série Trilhas).

MANCE, Euclides André. Economia **Solidária**: um novo paradigma? Seminário Catarinense de Economia Solidária. Florianópolis, 2000. Disponível em: www.milenio.com.br/mance/economia2.htm. Acesso em maio de 2016.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

MELO, Aurélio Alves; VIEIRA, Fernanda Rodrigues. Agricultura familiar competitiva: um diagnóstico estratégico da agroindústria de processamento de frutas e vegetais pertencente à cooperativa de agricultura familiar de Itapuranga - Goiás. **Enciclopédia biosfera**, centro científico conhecer.v.8, n. 15, p. 2392. Goiânia – GO, 2012.

MENDES, E. de P. P.; PESSÔA, V. L. S. **Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observação e aplicação de roteiro de entrevista**. In: RAMIRE, C. de L.; PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509-537.

NOBRE, M. **Introdução a Economia Feminista**. In M. Nobre & N. Faria (Orgs). Economia Feminista. Cadernos Sempreviva. SOF, São Paulo. 2003.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

PINHEIRO, Diógenes. **Agricultura familiar e suas organizações**: o caso das associações de produtores. In.: TEDESCO, João Carlos. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 406p.

RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. **O papel da mulher nas transformações da agricultura Familiar**: a pluriatividade como estratégia de reprodução Social. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, p. 1-6, 2010.

Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão. Paranaguá, PR, v.3, n.3, setembro de 2018.

ROSSINI, R.E. **Womem, Migration, Enviroment and Rural Development Policy in Brazil.2002.**Disponível: <http://www.fao.org/DOCREP/x0210e/x0210e00.htm>. Acesso em março de 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero e patriarcado.** In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (orgs.) A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Graciete. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. **Cadernos Feministas de Economia & Política**, Recife, n.5, 2009.

SANTOS, Roseli A. dos; GHEDINI, Cecília Maria; RIBEIRO, Catiane R.; FEDATO Elis Marina B.; ABRÃO; Joice A. A. A história da organização política das mulheres agricultoras no Sudoeste do Paraná. **Revista Varia Scientia** v.09, n.15, p. 117-129. 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: **SOS Corpo**, 1989.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. [orgs]. **Agricultura Familiar e Gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SILVA, C. M. V. **Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais:** um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica (Paracatu–MG). Brasília: Dissertação de Mestrado. 2007, 106 p.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estrela Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4ed – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Carolina Braz de Castilho. **A pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.** Mercado de Trabalho – IPEA, v.39, p. 43-48, 2009.

Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão. Paranaguá, PR, v.3, n.3, setembro de 2018.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Ed. Contexto. 2000.

SOUSA, Jânia Maria Pinho. **Avaliação do financiamento da agricultura familiar na produção e ocupação de renda**. Nº 18, Série BNB Teses e Dissertações-Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

TOLEDO, D. **Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Minduri: um exercício de autogestão?** 2007. 72 p. Monografia (Conclusão do Curso de Ciências Econômicas) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei. 2007.

Enviado em: 18 out. 2017

Aceito em: 28 mai. 2018

Editor responsável: Mateus das Neves Gomes